

O Espírito Militar na Questão Acreana

Cel. LUIZ LOBO

Debate à conferência do DR. CASTILHO GOYCOCHEA, sob o tema "O Espírito Militar na questão acreana".

Permita-me V. Excelência Sr. Presidente, que me antecipe nos agradecimentos que este Instituto deve ao nobre Dr. Goycochea pela escolha que fez desta casa para proferir o interessante trabalho que acabamos de ouvir.

Faço-o como parte deste Instituto e como soldado, satisfeito de ver que a conferência do Dr. Goycochea vem provocar um inquérito necessário, já tardio de tão demorado que foi, sobre a controversa questão do Acre, relevante episódio de nossa história militar contemporânea. E conceda-me ainda V. Excelência, que antes de ferir o assunto, diga eu porque estou nesta tribuna como debatedor espontâneo. Preciso declarar de público que a ele não me arrastou outra razão que não a de ser neste Instituto, o único oficial que viveu aquele episódio em sua última fase, participando da coluna de ocupação comandada por esse integérrimo e impávido soldado que foi o general Antonio Olímpio da Silveira. Não foi pois um impulso de vaidade que aqui me trouxe, mas ainda e agora, o cumprimento de meu dever, que pús sempre acima de qualquer outra preocupação e mesmo contra quaisquer circunstâncias adversas. Perdoar-me-ão V. Excelência e o bondoso auditório, se único debatedor inscrito ocupar sozinho o tempo de trinta minutos, reservado aos dois debatedores das novas praxes adotadas nesta casa, atendendo à magnitude do assunto. A angústia de tempo, de que mesmo assim disporei, não me permitirá acompanhar *pari-passu* a paciente e acurada explanação do nobre conferencista sobre a ação diplomática do Bra-

NOTA DA REDAÇÃO — A conferência do Dr. Castillo Goycochea foi publicada em volume mensal da Biblioteca Militar.

sil-Colônia e Império, da crítica propriamente técnico-profissional das campanhas acreanas, e mesmo das infundáveis marchas e contra-marchas diplomáticas que pareceram querer eternizar a questão do Acre.

Sob todos esses aspectos, conferencista já inscrito, nosso digno companheiro major Dr. Raymundo Dias de Freitas e outros que se lhe seguirem, dirão mais de espaço e com detalhes minuciosos e elucidativos. Quanto a mim, neste momento, me aterei à análise das conclusões a que chegou o talentoso homem de letras no seu substancial trabalho, relevando entre todas como um verdadeiro epíteto entusiástico e desproporcionado, fora dos ditames da justiça histórica, esse recorte do perfil de Plácido de Castro feito às págs. 25, 36, 43, 44, 47 e 48, de sua conferência e que eu peço licença para reler: "É aí, senhores, que faz irrupção o *homem providencial*, ou melhor, que o espírito militar, espírito de prol que vivia no egresso recente das fileiras do exército de Osório, de Porto Alegre e de Caxias. . . se ilumina para a ação impositiva que se fazia mister no lugar e na ocasião" "... guerra na qual faltava um general nos moldes de Luiz Alves de Lima, *complexo de tático, de estrategista e de político habil. . .*"

"Plácido não obstante seus 27 anos sente em si a capacidade para o cometimento temerário. O exercício da guerra por quase três anos nas coxilhas meridionais, desenvolvendo-lhe o tirocínio *inato*, fundamental, que fora ampliado pelos ensinamentos teóricos do Rio Pardo, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, tornaram-no *a criatura excepcional no transe*: Ao demais de tudo — circunstância relevantíssima, era militar *mas não soldado*; na acepção literal, isto é não *recebia soldo*, não era elemento oficial, não fazia parte do governo. Possuía o espírito de classe sem pertencer a ela. Era exornado pelo tirocínio de guerreiro, sem que *ostentasse a farda de capitão*".

"O fato é que Rio Branco desde a chegada coincidiu com a investidura no posto, se capacitou da situação e tomou a si o encargo de solucioná-la, como solucionou, *arrematando a bem dizer* o que Plácido de Castro já havia feito pelas armas, *consignificando sua ação com a do campeador sem excedê-la*, porque apenas completando-a".

"Placido de Castro só pode e deve ser enxergado e estudado como soldado. Soldado à feição de Caxias, capaz na arte da guerra e capaz na ação política. É o chefe que nunca tinha surgido no Acre e pelo qual todos ansiavam. Não é apenas o tático e o estrategista nas operações propriamente militares; o comandante supremo que dirigia as operações em conjunto e em minúcias, combatente ele mesmo; o engenheiro que projetava e abria estradas, construía pontes, desenhava cartas, o oficial de administração que cuidava dos abastecimentos, e do remuniciamento de suas tropas..."

"Na questão acreana Thaumaturgo foi o paladino, Placido foi o braço que executa com valença e oportunidade; o terceiro, Rio Branco foi a habilidade e a energia que decidiu em face do direito. Somam-se, completam-se, confundiram-se no mesmo espírito. Quando vos apetecer conhecê-los melhormente, a todos e a qualquer dos três, procurai-os entre as expressões da humanidade que Carlyle alinhou em "Os heróis" e que Emerson classificou em os Super-Homens. Eles lá estão com outros nomes, o paladino, o campeão e o estadista, todos soldados do Brasil".

A transcrição desses conceitos dizem bem, para quem sabe o que se passou no Acre com Placido de Castro, do delírio apologético de que se tomou seu ilustrado panegirista, mau grado o equilíbrio de sua cultura e o seu inegável pendor para ressuscitar heróis brasileiros de incontestável autenticidade.

O Acre, e quando eu disser Acre, estarei sempre me referindo a todo o território compreendido sob essa denominação, há-de figurar na nossa história como uma curiosa demonstração de que a grandeza do Brasil é tamanha, que nos surpreende até com problemas econômicos que no fundo são paradoxais, senão antinômicos. O desbravamento do Acre, sua descoberta por assim dizer, seu povoamento e a exploração da indústria extrativa de sua borracha, foram consequência absoluta, iniludível, inegável e fatal das secas do nordeste.

Se o flagelo cruel não houvesse existido, ou se tivesse tido a solução que demandou por tantos anos, as terras ferazes e encharcadas, inconsistentes e aluviônicas daquele soberbo trecho da Amazônia estariam ainda indevassadas e impérvias, como suas florestas im-

penetráveis, e com suas águas selvagens a modelarem pela erosão o *talweg* movediço das terras caídas.

Esse paradoxo econômico porem trouxe, além das vantagens de natureza material, um grande conforto moral ao nosso coração de brasileiro, com a afirmação que é um desmentido ao conceito pessimista de certos eunucos intelectuais — de que no Brasil tudo é grande, *menos o homem*.

O nordestino que povoou o Acre não pode ser maior como *homem* na acepção mais alta do vocábulo, e ninguém o excedeu ainda nessa coragem singular contra o inimigo invisível e invencível que são as moléstias endêmicas; ninguém afrontou com maior conformidade o desconforto que é quase penúria, que é quase miséria; a sensação desoladora da solidão e do desamparo, o destemor à insidia dos animais hóstis, e ninguém guardou com mais resolução e com mais denodo, e ao lado de tudo isto e não obstante tudo isto, a fé que o trabalho pertinaz e honrado gera nos corações fortes e abnegados.

Não, nossos compatriotas do nordeste que colonizaram o Acre, dos fundos dos sertões baianos, alagoanos e pernambucanos, paraibanos e norte-riograndense, cearenses e piauienses, demonstraram ao mundo que no Brasil "também o homem é grande como a terra em que nasceu!"

Não os impeliu para as brenhas amazônicas por ocasião das secas, nenhuma iniciativa dos governos provinciais ou central, como julgou o ilustre conferencista à pág. 7, de seu trabalho, mas a iniciativa da fome, a iniciativa do desespero, ante a inocuidade da esmola de gêneros alimentícios e de trabalho precário e a preço vil, únicas providências que os governos imperial e republicano tomavam depois de declarado o flagelo com seu horrível cortejo.

E o nordestino tornou-se seringueiro, para isto descobrindo, desbravando, povoando, valorizando o Acre, o Juruá, o alto Purús, conquistando-o para o Brasil com o sacrifício dos que lá estão sepultados, e dos que vivos ficaram para a vitória final, de armas na mão, até 1903.

De 1852 até 1903 diz Ruy Barbosa a posse brasileira do Território do Acre foi "efetiva, contínua, ininterrupta, pública, pacífica e soberana, garantida pelo povoamento, pelo trabalho, pela coloni-

zação de 60.000 brasileiros" que vão fixando até na denominação aos seus barracões, aos seus seringais um nome brasileiro, nostálgica evocação dos rincões donde a miséria os fizera emigrar. Conquistou assim, com sua atividade pacífica, essa admirável gente nordestina, brasileira cem por cento, aquilo que a inófia diplomática tinha entregue à Bolívia mas que era como disse o grande Rio Branco com seu profundo senso de geógrafo — uma dependência geográfica do Brasil. A Bolívia ignorava até então o território que ganhara de mão beijada, e só em 1868 depois do tratado do ano anterior, houve uma vaga notícia da terra que era sua por Faustino Maldonado, nunca jamais tendo nela um trecho demarcado, um padrão de dominação, o mais vago e tênue sinal de posse efetiva. Essa só lha deu em dezembro de 1898 a fundação das alfândegas mistas pelo ministro Paravicini, precário sinal de soberania obtida através rios brasileiros sob nossa incontestada soberania.

Foi nesse momento que os seringueiros heróicos se levantaram para defender sua propriedade e o Brasil do jugo estrangeiro. Trocaram a machadinha pelo rifle (Winchester 44), e coordenados pelo cabecilhas mais hábeis Joaquim Victor, José Carvalho, Pedro Braga, Gentil Norberto, hoje e amanhã e depois por alguns desses e por outros como Alexandrino, Orlando Lopes, Sylvestre, Hypolito Moreira, e até duas vezes por Luiz Galvez, aventureiro espanhol, não deixaram que a Bolívia efetuasse sob sua denominação a posse daquilo que consideravam legitimamente seu.

O desespero em que os lançou a indiferença do governo do Brasil pela sua sorte, fê-los aceitar até a independência do território proclamada pela astuciosa ganância de Luiz Galvez. Mas a finalidade objetivada estava realizada com a reação patriótica. A Bolívia reconheceu enfim a impossibilidade de estabelecer seu domínio no Território do Acre. Essa convicção levou-a a confiar a Felix Aramayo a missão de transferir sua soberania naquelas paragens, a um sindicato estrangeiro, formado com capitais de povos fortes, capazes de *nos imporem seu dominio*.

É só neste momento — 2 de julho de 1902 — que Placido de Castro surge empenhado também em lutar contra o inimigo estrangeiro, pois que vivendo no Acre desde 1900, e tendo sabido ou assistido as campanhas deflagradas desde 1899, nunca fez parte das

forças revolucionárias, cuidando exclusivamente de seus interesses particulares a demarcar terras.

Da sua atitude durante tão largo espaço de tempo, só conhecemos uma carta a Joaquim Victor, datada de Antimary a 21 de maio de 1900, quando esse cidadão era membro de um dos governos do território declarado independente, dando-lhe entre outros conselhos, esses que destacarei por sua importância: "... julgo que para fechar de vez a porta a qualquer intervenção do Brasil na política acreana esse governo deve baixar um decreto declarando os limites da República, que devem ser ao Norte o paralelo de 10° 20' de latitude sul que é o ponto máximo das pretensões brasileiras... E mais adiante: "É conveniente, também, mandar uma pessoa de confiança ao Rio de Janeiro protestar contra a intervenção do Brasil e dar publicidade comprobatória de tudo quanto a flotilha tem feito aí..." Queremos crer que os cabecilhas nessa hora nova de 1902 que surgia para o Acre não houvessem chegado a acordo sobre a chefia suprema dos abnegados seringueiros. Sabendo Placido de Castro disposto a se empenhar na luta, certo que filho de uma zona de fronteira, onde os conflitos políticos degeneraram em verdadeiras campanhas de um e de outro lado, teria a experiência necessária para conduzi-los, e mais ainda que houvera cursado uma escola militar, com ele resolvem a questão do comando único e com ele reenctam a luta contra o domínio estrangeiro. Placido de Castro assume o comando, e vitorioso no primeiro ataque feito no Xapurí, onde aprisiona funcionários bolivianos, a 7 de agosto, proclama a independência do Território acreano, de que o aclamam governador. Não trás porem à luta nenhuma nova concepção estratégica que ó denuncia genialidade que lhe atribuem, seus processos táticos não se diferenciam dos ali usados no ataque aos seringais, aos pequenos povoados, através dos caminhos de terra que são os varadouros das florestas, e dos caminhos de água, que são os rios ora desbordantes nas enchentes, ora vasion na vasante, com as mesmas linhas de comunicação e de abastecimento e com a mesma falta de material de transporte para todas elas. Repetem-se os mesmos erros que trouxeram desastres nas campanhas anteriores; o ataque à Volta da Empresa em que é surpreendido, ao invés de surpreender, deixando no campo inimigo 32 mortos e 9 prisioneiros, é um deles.

E também se repetem as mesmas vitórias conseguidas em anteriores lutas empenhadas sem seu comando. O novo ataque à Volta da Empresa, fazendo-a capitular; a capitulação de Puerto Alonso ou Porto Acre após 16 dias de investimento pugnaz, são das mais notáveis conseguidas pelo novo comandante em chefe. Mas o seu exército é composto de mesmíssima gente das campanhas anteriores, e nenhuma forma nova, excepcional, fulminante, revela essa invulgar capacidade guerreira de que o querem fazer portador. São os acontecimentos da capital do Brasil que vem dar relevo ao seu papel. São as decisões do governo boliviano que vão mudar a feição do problema,

A nova campanha contra o *Bolivian Syndicate*, convence o general Pando que não é fácil assegurar-lhe a concessão feita, e ele à frente da fina flor de seu exército sobe para conseguí-lo pelas armas, atacando os seringueiros vitoriosos. O excelso Rio Branco contrapõe-lhe altivamente a razão de que se é possível negociar diplomaticamente marchando com tropas para o norte, o Brasil também negociaria marchando suas forças para o Acre. Pela primeira vez, desde o começo das lutas acreanas, o Brasil corria em socorro dos nossos compatriotas. E esse socorro foi a marcha da coluna de ocupação do general Olimpio da Silveira, recebida com tanto desagrado por alguns cabecilhas e pelo próprio Plácido de Castro, que não obstante as fórmulas oficiais de cortezia, não se conformava em que a presença do exército regular e constitucional do país, esfumasse de vez o seu Estado Independente e o seu governo, assegurando o domínio do território litigioso para o Brasil.

Depois de 3 de abril de 1903, em que o general Olimpio da Silveira assentou seu quartel general e seu governo, a ação de Plácido de Castro não interessa mais ao Brasil, mas apenas à sua incondita vaidade, de apoiando-se como sentia que seria apoiado em caso de derrota, pelo exército brasileiro ali presente, passar à história como o guerreiro sem par que barrara com suas armas o caminho ao capitão general Pando, comandante em chefe do exército boliviano. As loucas tentativas nesse sentido serão analisadas minuciosamente de outra feita.

Nós nada teríamos a opor, Sr. Presidente, e ilustrado auditorio, que a admiração entusiástica do talentoso conferencista viesse no seu trabalho incluir Plácido de Castro entre os heróis de Carlyle

e os super-homens de Emerson, se o Sr. Dr. Castilho de Goycochea não houvesse situado a genialidade e o heroísmo do objeto de sua veneração dentro dos acontecimentos do Acre. Mas já que o fez, perdõem-nos nosso ilustrado compatriota que discordemos dessa exacerbação patriótica.

Nos nove meses exatos — contados de 2 de julho de 1902 a 3 de abril de 1903 — a ação do cabecilha Placido de Castro foi tão devotada como a dos chefes que o precederam, como os mesmos rasgos de denodo, com os mesmos deslises de um civismo que se revelara entretanto tão fervoroso.

Como Galvez, como Braga, como Joaquim Vitor, também ele decaiu nessa dolorosa síncope patriótica de separar o território do Acre da comunhão brasileira.

Traçou-lhe em decreto n.º 3, de 28 de janeiro de 1903 os limites com a República brasileira, isto é, com a nossa de sua nova Pátria, e se em decreto n.º 1, de 26 de janeiro de 1903, deu ao novo país criando a legislação brasileira, a moeda brasileira e o obrigatório uso da língua do nosso país, é porque naturalmente as circunstâncias locais não permitiriam inventar de uma só vez tanta coisa.

Convenhamos entretanto que a tese do ilustre conferencista está certa, foi o espírito militar que venceu na questão do Acre. Espírito militar — como renúncia, como bravura e como pertinácia na ação da gente acreana indômita e bravia; espírito militar do excelso Rio Branco que jamais compreendeu tratados fundamentados em puros pragmatismos, sem o lastro da força capaz de fazê-los cumprir; espírito militar inato do exército nacional que venceu no Acre, sem batalhas, porém com a perda de 35 a 40 % de seus efetivos, dizimados pelas endemias locais; com a coluna do bravo, honrado e justo general Olímpio da Silveira; que venceu no Alto Juruá com o seringueiro Mâncio de Lima e com a coluna do coronel Cipriano Alcides; espírito militar que venceu no Alto Purús, com o revolucionário seringueiro José Ferreira e com o destacamento do exército do coronel Agobar de Oliveira.

Que a justiça da história se faça enquanto é tempo, ressuscitando os verdadeiros heróis do nosso patriotismo. Os testemunhos quanto ao Acre setentrional não lhe faltarão. Nesta capital mesmo aí estão vivos, e dignos como sempre, os generais Felinto Alcino e

Azevedo Costa que tão relevante papel desempenharam na contenda final, Salvador Barbalho, Bernardino Lima, Pinheiro da Silva, além de outros mais como o major Dias de Freitas que em breve falará desta tribuna com a autoridade de quem tudo viu e presenciou.

Placido de Castro foi um dos muitos heróis do Acre, sem ser o homem providencial que o querem fazer, e o realce de seu papel lhe advem exclusivamente de havr surgido na luta contra os bolivianos, no momento preciso, exato, único em que o poder central se decidiu a dar ao problema acreano, a solução de força que ele exigia.

Foi esse um daqueles *momentos decisivos* da humanidade de que nos fala Stefan Zweig. Momentos que decidem um destino; minutos dramáticos que resolvem; de golpe, seculares problemas humanos sempre prorrogado.

Esse momento para o Acre e para o Brasil foi a ascensão de Rio Branco à pasta das Relações Exteriores, e esse Itamarati famoso onde ele continuou a processar a integração do Brasil nas suas fronteiras naturais, geográficas e políticas.

A justiça da história não pode assentar nas lendas que lhe deformam o sentido, mas nos fatos.

E esses provarão que o relevo ganho afortunadamente pelo nome de Placido de Castro na questão do Acre não representa nenhuma excelsitude de espírito militar, mas do fato de ter ele aderido às lutas ali recomeçadas em 1899, no minuto feliz em que o governo da República pela ação patriótica de Rio Branco, resolvera cobrir com o escudo do exército nacional os heróicos seringueiros do território litigioso.

E dessa justiça, só haverá apelação para o incomparavel tribunal da posteridade.

A gente nordestina conquistou o Acre para o Brasil, e defendeu sua integridade de armas na mão; Thaumaturgo teve a coragem patriótica de dizer sem reбуços as verdades que os governos não queriam ouvir; Rio Branco, com seu patriotismo de super-visão genial incorporou-o ao nosso território, enquanto Placido — surgido à última hora colheu apenas os louros, porque os loureiros teem a virtude de não emurcheecer...